

ARGENTINA, BRASIL E O CONFLITO DE SANTO DOMINGO (1965)¹

ARGENTINA, BRAZIL AND THE CONFLICT OF SANTO DOMINGO (1965)

ARGENTINA, BRASIL Y EL CONFLICTO DE SANTO DOMINGO (1965)

Leonardo da Rocha Botega²
Leandro Morgenfeld³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo sintetizar os posicionamentos assumidos pelos governos brasileiro e argentino diante do Conflito de Santo Domingo, República Dominicana, em 1965. Vitorioso nas eleições de fevereiro de 1963, que puseram fim a três décadas da Ditadura Trujillo, o presidente dominicano Juan Bosch, acusado de pró-comunista pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, foi derrubado em setembro de 1963. Em abril de 1965, militares “constitucionalistas” se levantaram em apoio ao retorno do presidente deposto, obtendo significativo apoio popular. Em resposta, o presidente norte-americano Lyndon Johnson, com a desculpa de evitar “outra Cuba” no Caribe, ordenou unilateralmente a invasão da ilha caribenha para esmagar as forças democráticas. Após esta ação unilateral, convocou, no âmbito da OEA, uma reunião de emergência dos ministros das Relações Exteriores dos países americanos, visando à formação de uma Força Interamericana de Paz (FIP), a fim de legitimar a invasão, tornando-a uma ação aparentemente multilateral. Diante desta situação, Brasil e Argentina tiveram posições divergentes quanto à criação da Força Interamericana de Paz. Enquanto que no Brasil o governo ditatorial de Castelo Branco não somente apoiou como liderou a ação militar em Santo Domingo, na Argentina o governo Arturo Illia, apesar de num primeiro momento apoiar a criação da Força Interamericana de Paz, num segundo momento se negou a enviar tropas a Santo Domingo. Este episódio demonstrou que diferentemente do que aconteceu no início da década, na segunda metade dos anos 1960, Brasil e Argentina passaram a distanciar-se no campo das relações internacionais.

Palavras-chaves: governo Castelo Branco, governo Arturo Illia, Conflito de Santo Domingo.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no *Segundo Workshop Argentino-Brasileño de Historia Comparada*, realizado em Buenos Aires-Argentina, em 11, 12 e 13 de setembro de 2013. Organizado pelo GEHBP e pela Cátedra de Historia de Brasil, da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil, E-mail: leobotega@brturbo.com.br

³ Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, E-mail: leandromorgenfeld@hotmail.com

Abstract: This article aims to summarize the positions assumed by the Brazilian and Argentine governments on the Conflict of Santo Domingo, Dominican Republic, in 1965. Victorious in the February 1963 elections, which put an end to three decades of Trujillo dictatorship, Dominican President Juan Bosch, accused of pro-communist by the U.S. State Department, was shot down in September 1963. In April 1965, the military “constitutionalists” stood up in support of the return of the democratic president, obtaining a significant popular support. In response, the U.S. President Lyndon Johnson, with the excuse to avoid “another Cuba” in the Caribbean, unilaterally ordered the invasion of the Caribbean island to defeat the democratic forces. After this unilateral action, in the OAS, he called an emergency meeting of ministers of foreign affairs of the American countries, to create an Inter-American Peace Force (FIP), in order to legitimize the invasion, making it an apparently multilateral action. In front of this situation, Brazil and Argentina had divergent positions on the creation of the Inter-American Peace Force. While in Brazil the dictatorial government of Castelo Branco not only supported but also led the military action in Santo Domingo, the Argentine government, led by Arturo Illia, at first supported the creation of the Inter-American Peace Force, but then refused to send troops to Santo Domingo. This episode showed that unlike what happened in the early 1960s, in the second half of that decade, Brazil and Argentina began to distance themselves in the field of the international relations.

Keywords: Castelo Branco Administration, Arturo Illia Administration, Conflict of Santo Domingo.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo sintetizar los posicionamientos de los gobiernos brasileiro y argentino frente al Conflicto de Santo Domingo, República Dominicana, en 1965. Juan Bosch, presidente electo en febrero de 1963, acusado de filo-comunista por el Departamento de Estado norteamericano, fue derrocado en septiembre de ese mismo año. En abril de 1965, militares “constitucionalistas” se levantaron en apoyo al retorno del presidente constitucional depuesto, obteniendo un importante apoyo popular. En respuesta, el presidente estadounidense Lyndon Johnson, con la excusa de evitar “otra Cuba” en el Caribe, ordenó unilateralmente la invasión a la isla caribeña para derrotar a las fuerzas democráticas. Tras esa acción unilateral, convocó, en el ámbito de la OEA, una reunión de emergencia de los ministros de relaciones exteriores americanos, en vista de la formación de una Fuerza Interamericana de Paz (FIP), con el fin de legitimar la invasión, transformándola en una acción aparentemente multilateral. Frente a esta situación, Brasil y Argentina tuvieron posiciones divergentes en cuanto a la creación y constitución de la FIP. Mientras que en Brasil el gobierno dictatorial de Castelo Branco no solamente apoyó sino que también lideró la acción militar en Santo Domingo, en Argentina, el gobierno de Arturo Illia, a pesar de que en un primer momento apoyó la creación de la FIP, en un segundo momento se negó a enviar tropas a Santo Domingo. Este episodio demostró que, a diferencia de lo que aconteció en el inicio de la década, en la segunda mitad de los años 1960, Brasil y Argentina pasaron a

distanciarse en el campo de las relaciones internacionales.

Palabras claves: governo de Castelo Branco, governo de Arturo Illia, Conflito de Santo Domingo.

Introdução

A história das relações exteriores de Brasil e Argentina frente aos Estados Unidos é marcada pela oscilação entre momentos onde prevaleceram projetos autônomos de inserção internacional e momentos de predominância da concepção de alinhamento automático. Estes diferentes momentos também marcaram as próprias relações entre os dois países que, ao longo de suas histórias pós-independências, oscilaram entre a aproximação e a rivalidade. As próprias percepções estratégicas de Portugal e Espanha ao longo de três séculos de colonialismo contribuíram muito para tal fato.

Ao longo de todo o século XIX, o Cone Sul foi uma região marcada por intensos conflitos bélicos, que em sua maior parte colocaram em lados opostos as estratégias regionais de Argentina e Brasil fomentando desconfianças e a percepção de que a região estaria em um constante compasso de espera a um enfrentamento entre os dois países. Com a proclamação da República no Brasil em 1889, as relações bilaterais tenderam a serem menos tensas, porém não deixaram de serem oscilantes. No início do novo século houve um estremecimento de relações devido a interpretação da chancelaria argentina de que o projeto naval brasileiro impulsionado pelo Barão de Rio Branco seria a expressão de uma vontade hegemônica que alterava o equilíbrio regional. Foi justamente durante o período da diplomacia de Rio Branco que nasceu o primeiro grande projeto de integração regional o Pacto ABC.⁴ Este projeto acabou naufragando diante das diferentes perspectivas estratégicas de inserção dos países no cenário internacional nas primeiras décadas do século XX, pois, enquanto a diplomacia argentina aliava-se incondicionalmente a Grã-Bretanha, o Brasil tornava-se um porta-voz do Pan-americanismo proposto pelos Estados Unidos. Tal fato se agravava ainda mais com a constante rivalidade entre Argentina e Estados Unidos ao longo da primeira metade do século XX. (MORGENFELD, 2011)

Estas diferentes estratégias de inserção dos dois países no cenário internacional continuaram a prevalecer durante os governos Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina, que apesar da suposta proximidades ideológicas mantiveram certo distanciamento, sobretudo, nos debates da Segunda Guerra

⁴ O Pacto ABC foi parte da política externa adotada pelo Brasil na gestão de Rio Branco a frente do Ministério das Relações Internacionais que visava uma maior ingerência do país na América do Sul. Desta forma, houve uma aproximação entre as diplomacias de Argentina, Brasil e Chile cuja culminância foi à assinatura do Tratado do ABC em 1915. Ver: CERVO; BUENO, 2002, pp.195-196; RAPOPORT; MADRID, 1998.

Mundial e no imediato pós-guerra. Na ocasião a Barganha Nacionalista de Getúlio Vargas diante dos Estados Unidos contrastava com a chamada Terceira Posição Peronista. Findada a guerra, a posição de Vargas dará lugar ao projeto de alinhamento automático do presidente Dutra que contrastará ainda mais com a Terceira Posição Peronista que entrará em um processo de conflito aberto com os Estados Unidos. Nem mesmo a proposta peronista de retomada do Pacto ABC, em 1950, serviu como canalizador de uma aproximação mais sólida entre os principais países do Cone Sul. (RAPO-PORT; SPIGUEL, 2009)

O momento mais propício e de maior aproximação entre os dois países ocorreu justamente quando Brasil e Argentina buscaram um projeto autônomo de inserção internacional, quando os governos de ambos os países convergiram no que diz respeito aos principais temas da política internacional. As raízes desta aproximação devem ser buscadas em 1958, quando o governo Juscelino Kubitschek retoma o papel ativo da diplomacia brasileira no cenário regional com a proposta da Operação Pan-Americana, tendo encontrado no recém-eleito presidente argentino, Arturo Frondizi, um aliado incondicional. A partir da Operação Pan-Americana, conforme Camilión, “as linhas da diplomacia argentina e brasileira começaram a aproximar-se de maneira nova e frutífera” (CAMILIÓN, 1969, p. 37). Esta proximidade entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi era também uma proximidade de projetos de desenvolvimento, tanto o nacional-desenvolvimentismo brasileiro quanto o *desarrollismo* argentino partem de uma mesma concepção de superação do atraso econômico a partir da industrialização, com os capitais estrangeiros sendo colocados a serviço desta estratégia. (MIGUEZ, 2011)

Esta aproximação inicial foi aprofundada com a posse do presidente Jânio Quadros no Brasil. O novo governo lançou a política externa independente brasileira, onde o papel das relações com a Argentina era definido como fundamental para uma inserção soberana do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo a política externa *desarrollista* argentina destacava cada vez mais seu aspecto independente. O auge desta aproximação foi o Encontro de Uruguaiana, cuja declaração final consistia na afirmação dos pontos comuns das políticas externas independentes de Brasil e Argentina.

A partir desta aproximação, Brasil e Argentina puderam manter uma firme posição de independência e divergir de inúmeros pontos da perspectiva norte-americana para a América Latina, principalmente no que diz respeito às posições que a região deveria tomar diante da Revolução Cubana. Mesmo diante da forte pressão exercida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, os dois países não deixaram de reafirmar em todos os momentos os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, bem como, a defesa do direito internacional, com destaque especial para o

momento mais dos debates sobre a questão cubana que foi a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 23 e 30 janeiro de 1962, quando Brasil e Argentina tiveram posição de abstenção diante da proposta de expulsão de Cuba daquela organização.⁵

A derrubada do presidente Frondizi, em 29 de março de 1962, e a posição de alinhamento com os Estados Unidos, assumida pelo presidente José Maria Guido, significaram uma ruptura da unidade de posições entre os dois países e pode ser vista no episódio da Crise dos Mísseis, quando enquanto o governo argentino não só apoiou incondicionalmente a posição norte-americana como, inclusive, autorizou o envio de tropas navais para auxiliarem no bloqueio a Cuba, enquanto que o governo brasileiro manteve uma posição mais ponderada diante da situação (MORGENFELD, 2012a). Este distanciamento se aprofundaria ainda mais com a derrubada do governo de João Goulart em 31 de março de 1964.

Apesar de o ministro das relações exteriores brasileiro, Vasco Leitão da Cunha, e o ministro das relações exteriores da Argentina, Miguel Angel Zavala Ortiz, terem declarado conjuntamente, em 31 de agosto de 1964, “o desejo de reafirmar a perfeita solidariedade e coincidência de ideais existentes entre as duas nações”,⁶ o distanciamento entre a política externa brasileira e a política externa adotada pelo presidente Arturo Illia, que assume o governo argentino em 1963, era evidente. As novas políticas externas partiam de perspectivas divergentes de inserção no cenário internacional. Enquanto o governo ditatorial brasileiro adotava o alinhamento automático, o governo Illia retomava, em parte, a tradição autônoma da política externa argentina. A partir deste ponto de vista é que podemos analisar as posições assumidas por Brasil e Argentina diante do conflito de Santo Domingo - República Dominicana, em 1965.

As políticas externas dos governos de Castelo Branco e de Arturo Illia

O golpe civil-militar de 1964 representou a interrupção do processo da experiência democrática que o Brasil vivenciava desde o termino do Estado Novo em 1945, bem como, a derrota do projeto nacional-reformista de desenvolvimento que vinha sendo construído pelo governo João Goulart. Do ponto de vista da política externa, representou a ruptura com a perspectiva de uma inserção autônoma do país no cenário internacional repre-

⁵ Sobre a aproximação entre Brasil e Argentina e as posições assumidas por ambos os países diante da questão cubana ver: BOTEGA (2013); MORGENFELD (2012b).

⁶ A declaração emitida pelos chanceleres Vasco Leitão da Cunha e Miguel Angel Zavala Ortiz em sua íntegra pode ser consultada em: INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1964 (d), p. 612.

sentada pela Política Externa Independente adotada pelos governos Jânio Quadros e João Goulart nos primeiros anos da década de 1960.

Partindo das necessidades decorridas da nova realidade vivenciada pelo país devido as mudanças estruturais ocorridas na segunda metade dos anos 1950, a política externa independente tinha pela frente dois grandes dilemas: a necessidade de suprir o aumento do mercado interno brasileiro e a transição do modelo de substituição de importações, cujos limites se mostraram evidentes, para um modelo substitutivo de exportações, baseado na exportação de produtos com maior valor agregado.⁷ A partir desta leitura da realidade a política externa independente foi formulada a partir dos princípios de universalização das relações comerciais, da autodeterminação dos povos, da não intervenção e do predomínio do direito internacional sobre as relações de poder.⁸ Na prática estes princípios acabaram colocando muitas vezes os interesses nacionais em conflito com os interesses e a visão da política externa dos Estados Unidos, o que gerou inúmeras críticas por parte do pensamento conservador brasileiro, sobretudo, quando do reatamento das relações com a URSS e a defesa da autodeterminação do povo cubano, atitudes consideradas como protocomunistas.

A partir desta perspectiva conservadora, o governo Castelo Branco elaborou uma concepção segundo o qual a política externa independente havia rompido com as origens da inserção internacional brasileira, sendo necessária uma “correção de rumos” que reconduzisse o país ao caminho certo. Assim, a nova política externa brasileira, identificada com o projeto da Escola Superior de Guerra de “desenvolvimento e segurança”, representou o retorno do alinhamento automático com os Estados Unidos, em vigor no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e da “Doutrina do Aliado Preferencial”. Tal fato ficou evidente nos primeiros atos do Ministério das Relações Exteriores, agora tendo a sua frente o chanceler Vasco Leitão da Cunha. Em sua posse, o novo chanceler brasileiro afirmou que a palavra autodeterminação “vem sendo confundida com soberania, relembrando que não intervenção e autodeterminação são princípios válidos para todos e não apenas fórmulas para acobertar situações” (IBRI, 1964d, p. 323). Por sua vez, o presidente Castelo Branco declarou que “procuraremos robustecer os entendimentos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos da América”. (IBRI, 1964b, p. 333). Símbolo desta nova orientação foi à ruptura de relações com Cuba ocorrida em 13 de maio de 1964. (IBRI, 1964c, p. 338).

⁷ A concepção de que a PEI era parte da estratégia de transição do modelo de substituição de importações para um novo modelo de substituição de exportações é defendida em: MACHADO DA SILVA, 2004.

⁸ Os principais documentos da Política Externa Independente podem ser consultados em: DANTAS, 1962.

A lógica do alinhamento automático partia da concepção de interdependência que permeava a política econômica liberal proposta pelos ministros Roberto Campos, do planejamento, e Octávio Gouvêa Bulhões, da economia, que tinha por objetivo o saneamento econômico-financeiro como forma de legitimar o governo autoritário pela imagem da racionalidade das decisões tomadas calcadas em critérios técnicos, para que assim pudesse atrair os capitais estrangeiros. Para isso foi lançado pelo governo o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que tinha por objetivos: 1) acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico; 2) conter o processo inflacionário; 3) corrigir a tendência a déficits descontrolados no balanço de pagamentos, “que ameaçavam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar”. Para o governo Castelo Branco eram necessários remover “atritos” herdados do governo João Goulart para o país retomar o seu desenvolvimento. No setor externo, esta remoção de atritos passava “pela simplificação e unificação do sistema cambial, pela modernização e dinamização das agências do setor público ligadas ao comércio exterior e pela maior integração com o sistema financeiro internacional como fonte de acesso a créditos de médio e longo prazo”. (MACHADO DA SILVA, 2004, pp. 272-273).

Esta visão foi exposta pelo novo chanceler brasileiro na entrevista coletiva que concedeu a imprensa em 06 de julho de 1964. Perguntado “Para onde evolui o regime revolucionário no campo externo?”, Vasco Leitão da Cunha respondeu que a política externa brasileira “é um instrumento colocado a serviço do progresso social e do desenvolvimento econômico do Brasil”, uma tarefa que “será alcançada tanto mais facilmente quanto mais aproximar o país das grandes fontes de suprimento de capitais, de comércio e assistência técnica.”. Ainda segundo o chanceler o “momento exige mais negócio, mais comércio, mais progresso, mais pragmatismo e menos teorização”. (IBRI, 1964e, pp. 592-594).

Apesar da afirmativa “menos teorização”, ideologicamente, a nova política externa trazia, assim como aquela adotada no imediato pós-Segunda Guerra, ao centro das relações internacionais brasileiras a Guerra Fria. Para o governo Castelo Branco, conforme o seu chanceler, “a recolocação do Brasil num quadro de relações prioritárias com o Ocidente” significava:

(...) defender a política tradicional de boa vizinhança na América, a segurança do Continente contra a agressão e a subversão vindas de fora ou de dentro dele; a consolidação dos laços de toda ordem com os Estados Unidos, nosso grande vizinho e amigo do norte; ampliação de nossas relações com a Europa Ocidental e com a Comunidade Ocidental de Nações. (IBRI, 1964e, p.595).

Nessa lógica guiada pela Guerra Fria, a política externa do governo Castelo Branco opunha o mundo ocidental, democrático (o que significava uma contradição, pois o governo era claramente uma ditadura) e liberal, ao totalitarismo comunista, uma verdadeira ameaça às liberdades individuais e econômicas. E a partir desta polarização definia como único caminho para a segurança externa o reconhecimento da liderança dos Estados Unidos, uma liderança que não se dava somente no que se refere aos aspectos relacionados à segurança coletiva, mas também no que diz respeito ao desenvolvimento. Nesse sentido, é que Juracy Magalhães, embaixador do Brasil nos Estados Unidos entre 1964 e 1965, que viria a substituir Vasco Leitão da Cunha no cargo de Ministro de Relações Exterior em janeiro de 1966, caro que ocupou até março de 1967, defendia que a noção de interdependência deveria inclusive substituir o conceito de soberania nacional. (OLIVEIRA, 2005, pp. 110-111)

Assim, a noção de interdependência se constituía de dois aspectos centrais da política externa do Governo Castelo Branco: a aceitação dos limites reais ao exercício da soberania nacional e a ideia de que o alinhamento automático com os Estados Unidos era a única saída para a garantia da independência nacional diante da ameaça comunista. Do ponto de vista das relações econômicas, representava a aceitação da divisão internacional do trabalho e a negação da constituição de um projeto de desenvolvimento autônomo ancorado na indústria nacional. Por trás destas premissas estava a velha lógica liberal da complementaridade econômica, bem como, a submissão dos interesses nacionais aos projetos estratégicos da política norte-americana.

No caso da Argentina, a ascensão ao poder do presidente Arturo Illia foi precedida pelo governo de transição de José María Guido. A queda de Frondizi em março de 1962, permitiu uma aproximação sem precedentes com os Estados Unidos. Embora o golpe contra Frondizi tenha recebido apoio de vários círculos em Washington, sobretudo, aqueles ligados aos setores das forças armadas argentinas, o Departamento de Estado estava relutante a uma rápida aceitação do novo governo de Guido e este reconhecimento foi adiado, o que se explica, em parte, pelo discurso democrático do presidente John Kennedy. De qualquer forma, a profunda crise econômica que a Argentina teve de superar, e o medo dos Estados Unidos ao “contágio cubano”, levaram a fornecer ajuda militar e econômica para a Casa Rosada, que implantou uma política externa mais alinhada com o Departamento de Estado. Assim, durante o breve mandato de Guido, a Argentina colaborou com os Estados Unidos, do ponto de vista militar, durante a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, participando do bloqueio naval e aéreo contra a ilha, abandonando seu tradicional princípio do respeito pela autodeterminação dos povos. Iniciou-se, assim, uma tendência que levaria a uma maior

aproximação entre os militares e o Pentágono, especialmente, a partir do general Juan Carlos Onganía. Porém, o triunfo eleitoral do candidato Arturo Illia traria novos conflitos com os Estados Unidos, incluindo a política de cancelamento dos contratos petroleros com companhias desse país. (MORGENFELD; MÍGUEZ, 2012)

Arturo Illia era parte de uma corrente da União Cívica Radical, que pertencía a uma tradição yrigoyenista, com componentes ideológicos nacionalistas em algumas áreas, incluindo a política petroleira, tão sensível aos interesses dos EUA. A União Cívica Radical do Povo,⁹ partido do presidente, também era composta pelos “unionistas”, linha do partido que surgiu na década de 1940 fomentada por conservadores e anti-peronistas. Os unionistas também tinham ligações muito diretas com a corrente vermelha do exército e cargos importantes na presidência de Illia, entre eles o Ministério de Relações Exteriores e Culto, ocupado pelo chanceler Miguel Angel Zavala Ortiz. Diante do inimigo comum desenvolvimentista, ambas as linhas solicitaram o cancelamento de contratos de petróleo assinados por Frondizi. O Departamento de Estado não era apenas contrário à política de petróleo do governo radical, mas também ao afastamento do Fundo Monetário Internacional e de suas propostas económicas. Os temas estavam relacionados uma vez que, na região, o grande inimigo de capital norte-americano foi principalmente o estatismo, sobretudo os peronistas e outros populistas nacionalistas uma vez que os comunistas, na Argentina, tinham poder minoritário e pouca penetração de massa.

A distância entre as políticas liberais recomendadas pela organização financeira internacional tinha sido planteada já na plataforma eleitoral com que Illia chegou ao poder. Entre outubro de 1963 e junho de 1966, a Argentina não assinou acordos com o FMI, não demandando também assistência técnica ao Banco Mundial. Em março de 1965, houve autoridades do FMI visitando Buenos Aires para fazer um relatório sobre a política económica e avaliar o refinanciamento da dívida e as possibilidades de crédito adicional. A agência questionou não só o cancelamento de contratos de petróleo, mas também, a reforma da Carta do Banco Central, que lhe permitiu ajudar o Tesouro, opondo-se também ao papel dos bancos públicos. Por fim, o FMI condicionou o seu apoio para refinanciamento da dívida à resolução dos litígios com empresas petrolíferas estrangeiras. Como Escudé e Cisneros apontam:

O governo de Illia combinou a velha tradição yrigoyenista do ‘idealismo krausista’ e o ‘universalismo’ com o discurso desenvolvimentista de seu antecessor Frondizi. O primeiro componente

⁹ Em 1956 a UCR se divide em dois partidos: de um lado, a Unión Cívica Radical Intransigente, liderada por Frondizi (impulsionador do desarrollismo); de outro lado, a Unión Cívica Radical del Pueblo, liderada por Ricardo Balbín.

foi evidente na referência constante de Illia e seu ministro das Relações Exteriores Miguel Angel Zavala Ortiz para uma ordem mundial pacífica, baseada na justiça, e não de forma realista no equilíbrio de poder e no americanismo. Enquanto isso, o componente de desenvolvimento apareceu nas referências tanto a importância da Aliança para o Progresso, quanto, na necessidade de procurar a integração e o desenvolvimento a nível nacional e continental, e as oportunidades econômicas desiguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento como a principal causa do conflito global. (ESCUDE; CISNEROS, 2000, p. 435).¹⁰

O governo Illia rejeitava tanto a opção proposta pelo imperialismo ocidental da contenção militar da subversão comunista, que não levava em conta as necessidades do desenvolvimento sócio-econômico de países subdesenvolvidos, como o satellitism proposto pelo mundo socialista como formas de acabar com o colonialismo e o atraso sócio-econômico. Propunha sim, a integração dos países latinoamericanos como salvaguarda contra a dominação e o atraso. (SIMONOFF, 2007)

Foi justamente, um conflito ligado à Guerra Fria que tensionou, não apenas as relações com os Estados Unidos, mas também, o apoio interno do governo Illia: como lidar com a ofensiva em Santo Domingo. Esse conflito expôs as contradições internas, enfraqueceu ainda mais o governo e encorajou aos poderosos setores civis e militares para impulsionar o golpe que tiraria Illia do poder alguns meses mais tarde. (RAPOPORT; LAUFER, 2000)

Brasil e Argentina e a Questão Dominicana

Na República Dominicana, em fevereiro de 1963, as eleições realizadas após três décadas de ditadura sangrenta de Rafael Trujillo deram a vitória a Juan Bosch. Acusado de pró-comunista pelo Departamento de Estado, Bosch foi derrubado em setembro de 1963. Em abril de 1965, houve um levante militar por parte dos “constitucionalistas”, que tinha como objetivo a volta ao poder do presidente deposto. As forças armadas dominicanas se dividiram o que levou a violentos confrontos. Os militares que tinham derrubado Bosch tiveram que enfrentar uma revolta popular e foram enfraquecidos. Naquela época, o presidente norte-americano Johnson, com a desculpa de evitar “outra Cuba” no Caribe, ordenou unilateralmente que milhares de militares desembarcaram na ilha para esmagar as forças democráticas.

Logo após esta ação unilateral, convocou, no âmbito da OEA, uma reunião de emergência dos ministros das Relações Exteriores dos países americanos. Na ocasião, os Estados Unidos pressionaram para formar uma Força Interamericana de Paz (FIP), a fim de legitimar a invasão, tornando-a

¹⁰ Tradução dos autores.

uma ação aparentemente multilateral. Cinco países votaram contra, e Venezuela se absteve. Porém, a proposta obteve 14 votos favoráveis, os dois terços necessários para aprovar a resolução que criou a FIP, incluindo os votos de Argentina e Brasil, que foram fundamentais para definir a questão em favor do pedido dos EUA.

No Brasil, a política externa adotada pelo governo Castelo Branco, coerente com a forte repressão interna que se instaurou no país após o golpe civil-militar de 1964, tornou o país um dos principais porta-vozes do anticomunismo na América Latina. Foi justamente a partir desta perspectiva que ocorreu o posicionamento brasileiro em relação à invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos.

Em nota explicativa sobre as ações tomadas pelo governo brasileiro em relação à questão dominicana, o Itamarati apresentava o panorama da ilha caribenha, anterior à invasão norte-americana, como caótica estando “claros os indícios de que pessoas adestradas fora da República Dominicana estavam procurando assumir o controle da rebelião e convertê-la numa insurreição de cunho comunista”. A partir desta constatação a nota segue esclarecendo que “diante da clara predominância de comunistas numa das facções em luta, estava-se no momento de lembrar a Resolução 6 da Oitava Reunião de Consulta, realizada em Punta del Leste-Uruguai, em 1962, que solenemente declarou incompatível com o Sistema Interamericano a adesão de qualquer membro da OEA ao marxismo-leninismo”. (IBRI, 1966, p. 275). Este relato demonstra claramente a mudança de concepção na política externa brasileira em relação a política externa independente, demonstrada pelo abandono dos princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção em detrimento da concepção de segurança hemisférica e da defesa dos valores ocidentais da ameaça comunista.

Esta nova orientação, fruto da lógica de alinhamento automático, fez com que o Brasil se tornasse um dos principais defensores dos interesses norte-americanos na X Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA de legitimar a intervenção militar, tirando, conforme já afirmado, o caráter unilateral desta, dando a mesma um caráter multilateral a partir da criação de uma FIP. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano se comprometia a não realizar mais intervenções isoladamente se as demais repúblicas latino-americanas partilhassem das responsabilidades e participassem das tarefas de segurança coletiva. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 385)

Conforme já afirmamos, a aprovação desta proposta acabou contando com o apoio de 14 países, o mínimo necessário para a sua aprovação, e teve forte oposição por parte de México, Chile, Peru, Uruguai e Equador. Estas dificuldades para a aprovação da proposta fez com que a FIP fosse aprovada com caráter temporário e com objetivo restrito à atuação na República Dominicana, enquanto a ameaça de guerra civil perdurasse. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 386)

Esta solução foi vista como uma oportunidade pelo governo brasileiro de estreitar relações com os Estados Unidos, visando assumir definitivamente o papel de aliado preferencial da potência do norte. Assim, mesmo com a opinião pública sendo contrária, o governo Castelo Branco não somente participou da intervenção com o envio de um contingente de 1110 soldados, como também assumiu a liderança da FIP, que foi comandada pelo general brasileiro Hugo Panasco Alvim.

Este apoio incondicional aos Estados Unidos, bem como, a participação ativa das tropas brasileiras na intervenção na República Dominicana gerou uma série de desconfianças na América Latina em relação ao Brasil, fazendo com que a diplomacia brasileira passasse a ser vista em alguns meios como uma estratégia subimperialista. Ao mesmo tempo, este fato contribuiu para que o país aprofundasse a tendência ao isolamento em relação aos principais países da região iniciada com o golpe civil-militar de 1964, especialmente em relação à Argentina. Por sua vez, o alinhamento automático não representou a reciprocidade tão esperada pelo governo Castelo Branco, pois não significou o tão esperado aumento dos investimentos externos no país, fato que contribuiu para a nova mudança de rumos que a política externa brasileira irá passar no governo Costa e Silva.

No caso da Argentina, a polêmica surgiu a partir da posição interna frente a este conflito Interamericano. Foi o ministro das Relações Exteriores argentino Zavala Ortiz que apoiou a moção para multilateralizar o conflito afirmando que para garantir a paz era melhor uma intervenção “multilateral”, ao invés de continuar a ser “unilateral”.¹¹ Isto provocou diferenças, debates, fraturas, demissões e disputas internas, tanto dentro do governo de Arturo Illia, dentro do seu partido a UCRP, como na oposição parlamentar, formada pela União Cívica Radical Intransigente, pelo Movimento Integração e Desenvolvimento, e pelos socialistas; e na oposição extra-parlamentar, formado pelo peronismo, pelo movimento estudantil, por outros partidos de esquerda e sindicatos. Assim, a posição da delegação Argentina teve impacto rápido sobre a política interna, onde muitos setores, até mesmo dentro do governo, eram contra a participação efetiva das forças armadas argentinas na coalizão militar internacional recém-formada.

Por sua vez, como parte de uma política que aumentou cada vez mais a interferência nos assuntos locais, os Estados Unidos pressionaram os países latino-americanos que estavam com posições pouco claras ou contraditórias, novamente através de Ávarel Harriman. Seu objetivo desta vez era explicar nas principais capitais latino-americanas a invasão, justificando-a com a ameaça representada pelo comunismo desde 1959 para a região. A principal missão foi enviada para se encontrar com o presidente chileno

¹¹ Sobre este debate é importante ver: *Diario de Sesiones de la Honorable Cámara de Diputados de la Nación*. 6 de Mayo de 1965. In: CONGRESO NACIONAL, 1965. pp. 156-172.

Eduardo Frei. Na entrevista com este, Harriman disse: “Nós prometemos em 1933 não interferir nos assuntos políticos da América Latina e, no entanto, estamos a intervir. Por quê? Porque a família americana enfrenta desde 1959, o que nenhum de nós havia previsto em 1933”, acrescentando que “Hitler se aproveitou de neutralidade para levar mais da metade da Europa. Os comunistas utilizam a não-intervenção para intervir ao seu bel prazer. Defender a auto-determinação até assumir o poder pela força”.¹² O presidente chileno, entretanto, continuou a defender a não-intervenção, impedindo o funcionamento da Organização dos Estados Americanos e rejeitando a formação da FIP.

Harriman desembarcou em Buenos Aires em 5 de maio. Foi a segunda visita do enviado norte-americano ao país, já que em novembro de 1963 ele havia viajado como funcionário do governo Kennedy em caráter de subsecretário de Estado para Assuntos Políticos para pressionar o governo de Illia “alertando” sobre as dificuldades de continuar a política de cancelando dos contratos de petróleo (MORGENFELD; MÍGUEZ, 2012). Ao contrário do que aconteceu naquele momento, Zavala Ortiz tornou-se “o seu mais fiel escudeiro”.¹³ O enviado se reuniu com Illia, fazendo *lobby* para a participação da Argentina com um contingente de soldados na República Dominicana e em seguida deu uma conferência de imprensa. As justificativas eram baseadas de um forte discurso anticomunista:

(...) o princípio da não-intervenção, um dos fundamentos da OEA, foi elaborado em um momento em que ainda não conhecia os perigos que agora enfrenta o sistema interamericano. Este princípio foi dirigido contra o tipo de intervenção do século XIX e que foi chamado de ‘canhoneira’. Desde então, tem desenvolvido um outro tipo de subversão a ser evitado.¹⁴

A verdade é que, enquanto o enviado americano esteve reunido com o presidente Illia, a OEA aprovou a formação da força interamericana. Neste contexto, os delegados argentinos Hugo Gobbi e Ricardo Colombo emitiram um voto que se revelou fundamental para resolver a questão, ficando os dois terços necessários para a resolução afirmativa.

Porém, na política interna, a situação foi apresentada de uma forma mais complexa, uma vez que continuava a especulação sobre a posição a ser adotada pelo presidente. No parlamento houve projetos que condenavam o envio de tropas a Santo Domingo e pedidos de interpelação a Zavala Ortiz

¹²Tradução dos autores. Ver a reprodução da entrevista em: Dos conflictos sin solución. In: Diario Blanco y Negro. Madrid, 12/06/1965. pp. 76-78.

¹³Assim era qualificado pelo jornal Primera Plana. n.º 131, de 11/05/1965, p.8.

¹⁴Entrevista reproduzida em Graves incidentes antinorteamericanos en Buenos Aires. In: Diario ABC. Edición de Andalucía, 7/05/1965, pp.35-36. Tradução dos autores.

e ao Ministro da Defesa Nacional, Leopoldo Suarez. No bloco governista, a grande maioria concordou em impedir o envio de soldados, embora houvesse diferenças no que tange a rejeitar ou apoiar a decisão do chanceler em votar a favor da constituição da força americana.¹⁵ Fora do âmbito do Congresso, a CGT, os estudantes universitários, os partidos de esquerda e o peronismo eram contra o envio de tropas. Isso provocou vários protestos nas ruas.

Na calçada oposta, as Forças Armadas reclamaram com vigor a participação da Argentina na FIP. Estes pedidos foram expressos por escrito, através de uma petição de 70 páginas, apresentada dois dias após a manifestação. Finalmente, a contramão deste pedido, depois das frustradas sessões dois dias 6 e 7 de maio, no dia 14 a Câmara dos Deputados emitiu uma declaração contra a interferência dos EUA, ratificando os princípios de não-intervenção e de autodeterminação, solicitando a retirada das tropas norte-americanas e a afirmação da competência exclusiva do Parlamento para decidir sobre a transferência de tropas argentinas. Concordaram os deputados da União Popular,¹⁶ aqueles de UCRI, o MID,¹⁷ o socialismo Argentino, os democratas-cristãos, e até mesmo os da UCRP.

No contexto das manifestações de massa, os debates parlamentares, e contrariando as pressões norte-americanas e dos militares do grupo *azul*, a decisão do Poder Executivo foi conhecida: Argentina não enviaria tropas para Santo Domingo. O presidente nunca apresentou no Congresso o projeto de enviar tropas. As Forças armadas locais, aderentes a *Doutrina de Segurança Nacional* promovida por Washington, cobriam de Illia um alto preço por esta decisão. Onganía, comandante do exército e referência máxima dos *azules*, deixou o cargo em novembro do mesmo ano, começando a construir as condições para o golpe que iria acontecer com sucesso em junho de 1966. Os meios de comunicação associados a este setor, como a influente revista *Primera Plana*, iniciou uma campanha de ataques constantes a Illia por esta decisão. Eles acusaram o governo de também ser ineficaz no combate à infiltração comunista e a ascensão do peronismo (MÍGUEZ, 2012).

¹⁵ O líder do bloco, Raúl Fernández, expressou sua opinião contrária ao envio de tropas e contra a formação da FIP; porém, outros, como Mario Roberto e Luis A. León, defenderam a decisão de Zavala Ortiz e se negarão a apoiar a partida de um contingente militar. Ver: Diario de Sesiones de la Honorable Cámara de Diputados de la Nación. 6 de Mayo de 1965. In: CONGRESO NACIONAL, 1965, pp. 168-174.

¹⁶ A União Popular foi um partido de orientação peronista formado por Juan Atilio Bramuglia em 1955, diante da proscricção do peronismo.

¹⁷ Movimiento de Integración y Desarrollo, que foi composto pelos impulsionadores do *desarrollismo*.

Conclusão

O conflito em Santo Domingo mostrou as crescentes pressões dos EUA para direcionar as políticas externas dos países do Cone Sul em função de seus interesses, sob o pretexto da Guerra Fria (RABE, 2012). Sobre esta ponto de vista é que podemos analisar as políticas externas de Brasil e Argentina naquele contexto. Se os dois países tinham permanecido unidos quando Washington pressionou para excluir Cuba da OEA, em janeiro de 1962, esta unidade começou a deixar de existir durante a crise dos mísseis, em outubro daquele ano. O golpe de Estado no Brasil certamente foi uma grande vitória para o Departamento de Estado. Com relação ao conflito da República Dominicana, tanto o voto do governo Castelo Branco, como o do ministro das Relações Exteriores argentino foram essenciais para alcançar os dois terços necessários para criar a FIP. Porém, a posterior recusa da Argentina em enviar tropas foi diferente da posição do governo militar brasileiro.

A posição da Ditadura instaurada no Brasil, em 1964, era de reconduzir o país ao alinhamento automático com os Estados Unidos, para isso era necessário se afastar completamente de tudo o que era identificado com a política externa independente adotada pelos governos Quadros e Goulart (BOTEGA, 2013). A partir deste objetivo os conceitos de autodeterminação e não-intervenção eram substituídos pelos de interdependência e complementaridade. Diante desta nova perspectiva, a decisão de não somente participar da intervenção na ilha caribenha, mas também comandá-la tinha com objetivo caminhar rumo a uma aliança preferencial com os Estados Unidos. Posição diferente da adotada pelo governo argentino, que apesar de votar favorável a criação da FIP, num segundo momento se negou a enviar tropas a Santo Domingo.

O preço desta posição seria muito caro ao governo Illia. A política externa da Argentina durante seu governo, em particular a sua autonomia relativa dos Estados Unidos, foram uma das causas do golpe de Estado em junho de 1966, claramente inspirado na *Doutrina de Segurança Nacional* e liderada por um general que, aos olhos da CIA e de acordo com documentos revelados, era considerado um bom amigo dos Estados Unidos. Mesmo com uma política hesitante e ambígua em relação ao conflito de Santo Domingo, o destino de Illia seria o mesmo que o de Goulart dois anos antes.

Anteriormente a questão da República Dominicana, o cancelamento dos contratos de petróleo pelo governo Illia e o fracasso dos esforços dos funcionários dos Estados Unidos para revogar esta medida teve um efeito direto sobre a perspectiva da Aliança para o Progresso, sobretudo, no contexto complexo do assassinato do presidente Kennedy e a assunção de Johnson (WALCHER, 2013). O conflito com a Argentina alimentou, entre os norte-americanos, a linha dura dos que procuravam apurar e condicionar

os diferentes tipos de crédito e promoção de investimento concedido por Washington aos países da região. Pode-se considerar que esses fatos - e a posição do embaixador McClintock a respeito do golpe na Argentina e a necessidade de reforçar a ligação com os militares -, influíram na adoção da chamada Doutrina Mann, articulada por Thomas Mann em 18 de março de 1964, durante o seu segundo mandato como Secretário de Estado para os Assuntos Inter-Americanos. Essa doutrina, ao contrário da retórica da Aliança para o Progresso, não mencionava a promoção da democracia.

A pressão dos EUA contra um governo como o de Illia, que não tinha nenhum tipo de orientação socialista, mostra que, nesta fase da Guerra Fria, a Casa Branca enfrentou não só aqueles que, como Cuba, eram um desafio direto à sua hegemonia regional, mas também os governos que não mostraram um alinhamento explícito e transparente. Illia, com medidas que afetavam os interesses corporativos dos Estados Unidos ou a sua relutância em enviar tropas para Santo Domingo, foi combatido por diversos setores em Washington. Apesar de terem sido os setores domésticos os protagonistas do golpe, pois o Departamento de Estado não estava ativamente envolvido como esteve no golpe de 1964 no Brasil, a verdade é que muitos desses grupos internos de poder, civil e militar, tinham mantido boas relações com os Estados Unidos e, entre outras coisas, atacaram o governo por medidas que afetavam os interesses da grande potência ocidental.

Por fim, as diferentes posições assumidas pela ditadura civil-militar brasileira, sob a presidência de Castelo Branco, e o governo argentino do presidente Arturo Illia no que tange ao conflito de Santo Domingo demonstram que, diferentemente do que acontecia no início da década, Brasil e Argentina passaram a distanciar-se no campo das relações internacionais. Tal fato agravou-se ainda mais ao longo dos anos 1970, quando os dois governos ditatoriais passaram a competir pela condição de aliado preferencial dos Estados Unidos e pela condição de sub-liderança regional. Esta fenda aberta entre os dois gigantes do Cone-Sul permitiu que o governo dos Estados Unidos aborta-se a construção de um movimento anti-imperialista na América Latina, nos convulsionados anos 1960.

Referências

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Quando a independência faz a união: Brasil, Argentina e a Questão Cubana (1959-1964)**. Porto Alegre-RS: Letra & Vida, 2013.

CAMILIÓN, Oscar H. As relações entre o Brasil e a Argentina no mundo atual. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 12, n. 45-46. Rio de Janeiro: março-junho de 1969.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: GEL, 2000.

GADDIS, John Lewis. **We Now Know: Rethinking Cold War History**. New York: Oxford University Press, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista coletiva à imprensa concedida em 9/4/64 pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964 (a).

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista do Presidente Castelo Branco. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964 (b).

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Rompimento de relações diplomáticas com Cuba. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 7, n. 26. Rio de Janeiro: junho de 1964 (c).

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Declaração Conjunta Brasil - Argentina. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: dezembro de 1964 (d).

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Entrevista do Chanceler Vasco Leitão da Cunha sobre a Política Exterior Brasileira. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: dezembro de 1964 (e).

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. República Dominicana (Nota do Itamarati). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 8, n. 33-34. Rio de Janeiro: março-junho de 1966.

MACHADO DA SILVA, Heloisa Conceição. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

McPHERSON, Alan. **Intimate Ties, Bitter Struggles: The United States and Latin America since 1945**. Washington DC- EUA: Potomac Books, 2006.

McPHERSON, Alan. **Yankee No! Anti-Americanism in U.S.-Latin American relations**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

MÍGUEZ, María Cecilia. Illia y Santo Domingo: de las columnas de *Primera Plana* al golpe de estado. In: **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Año XXI, Volumen XX, Número 39-40. Buenos Aires-Arg.: Fundación de Investigaciones Históricas, Económicas y Sociales, 2012.

MÍGUEZ, María Cecilia. La relación entre la política económica interna y la política exterior en el proyecto desarrollista argentino (1958-1962). In: **Revista Contemporánea**. Número 2. Montevideo-Uru.: Universidad de la República, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORGENFELD, Leandro; MÍGUEZ, María Cecilia. La cuestión petrolera durante el gobierno de Illia: repercusiones en los Estados Unidos y en las clases dirigentes locales. In: **Realidad Económica**, IADE, N. 271. Buenos Aires-Arg.: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, octubre-noviembre de 2012.

MORGENFELD, Leandro. Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano durante la crisis de los misiles (1962). In: **Revista História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2. Passo Fundo-RS: UPE, julho-dezembro de 2012 (a).

MORGENFELD, Leandro. Desarrollismo, Alianza para el Progreso y Revolución Cubana. Frondizi, Kennedy y el Che en Punta del Este (1961-1962). In: **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**. Año XXI, Volumen, XX, Número 39-40. Buenos Aires-Arg.: Fundación de Investigaciones Históricas, Económicas y Sociales, 2012 (b).

MORGENFELD, Leandro. **Relaciones peligrosas**. Argentina y Estados Unidos. Buenos Aires-Arg.: Capital Intelectual, 2012 (c).

MORGENFELD, Leandro. **Vecinos en conflicto: Argentina y Estados Unidos en las Conferencias Panamericanas (1880-1955)**. Buenos Aires-Arg.: Continente, 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altermani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RABE, Stephen G. **The Killing Zone. The United States Wages Cold War in Latin America**. New York-EUA: Oxford University Press, 2012.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. **Estados Unidos ante el Brasil y la Argentina**. Los golpes militares de la década de 1960. Buenos Aires-Arg.: Economizarte, 2000.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. **Argentina-Brasil. De rivales a aliados**. Política, economía y relaciones bilaterales. Buenos Aires-Arg.: Capital Intelectual, 2011.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. **Política Exterior Argentina**. Poder y conflictos internos (1880-2001). Buenos Aires-Arg.: Capital Intelectual, 2005.

RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. **Relaciones Tumuluosas. Estados Unidos y el primer peronismo**. Buenos Aires-Arg.: EMECÉ, 2009.

SIMONOFF, Alejandro. **Los dilemas de la autonomía**: la política exterior de Arturo Illia (1963-1966). Buenos Aires-Arg.: GEL, 2007

TULCHIN, Joseph A. **La Argentina y los Estados Unidos. Historia de una desconfianza**. Buenos Aires-Arg.: Planeta, 1990.

WALCHER, Dustin. Petroleum Pitfalls: The United States, Argentine Nationalism, and the 1963 Oil Crisis. In: **Diplomatic History**. Vol. 17, Nº 1. New York-EUA: Oxford University Press, 2013.

Artigo recebido em 10-02-2014, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.